

Vinculação e Processos Desenvolvimentais nos Jovens e Adultos*

Paula Mena Matos**
Maria Emília Costa***

Numa primeira parte, este artigo procura situar, no contexto da produção científica, a emergência dos estudos sobre a vinculação no jovem e no adulto, salientando a relevância do constructo numa perspectiva de ciclo vital. De seguida, são abordadas as mudanças desenvolvimentais na organização da vinculação precipitadas pela adolescência e as consequentes implicações para a transformação da relação pais-filhos, e aquelas que decorrem da participação do jovem em novos contextos de vida. Analisam-se igualmente as condições que favorecem o recurso aos modelos de vinculação construídos em torno das figuras parentais, quando os sujeitos são já adultos. Por último, discute-se a importância de se considerar as diferentes experiências de vinculação ocorridas em contextos diversos ao longo do ciclo vital, e a sua contribuição para a configuração de uma síntese pessoal dinâmica de vinculação.

Vinculação numa perspectiva de ciclo vital

A teoria da vinculação afirma a necessidade humana universal de os indivíduos desenvolverem ligações afectivas de proximidade ao longo da existência com o objectivo de atingirem segurança, que lhes permita explorar o mundo em seu redor, e assim conhecer-se e conhecer o outro. (Ainsworth, 1967; Ainsworth & Bowlby, 1991; Bowlby, 1969/91, 1973, 1980). Por ligações afectivas de proximidade ou relações de vinculação entendem-se aquelas relações que são únicas e exclusivas, que constituem im-

portantes recursos na procura de conforto e de apoio, que implicam afectos intensos sobretudo em momentos de separação. São relações insubstituíveis e a sua perda é irreparável. Contribuem de forma inequívoca para o desenvolvimento de um sentido interno de segurança pessoal (Bowlby, 1969/91; 1977; Ainsworth, 1989; 1991; Weiss, 1982; 1991; West & Sheldon-Keller, 1994).

No campo empírico, o estudo científico da vinculação começou pela análise das diferenças individuais na organização comportamental da vinculação de crianças, observáveis a partir de um procedimento laboratorial designado de *Situação Estranha* (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). Este consiste numa sequência estruturada de separações e reencontros entre bebé/criança e a figura de vinculação e o seu objectivo é activar o sistema de vinculação e o de exploração. Com base em diferentes reacções comportamentais face às figuras significativas e ao meio circundante, os autores identificaram três padrões distintos de interacção (o *seguro*, o *ansioso/ambivalente* e o *ansioso/evitante*), supostamente reveladores de estruturas internas na organização da vinculação, que se terão desenvolvido a partir da acessibilidade e responsividade nas respostas das figuras de vinculação às solicitações de apoio, conforto e protecção da criança em contexto natural (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). Um quarto padrão (o *desorganizado*)

* Este artigo apenas retoma parte da comunicação apresentada nas III Jornadas de Consulta Psicológica de Jovens e Adultos, Porto, Outubro de 1996.

** Assistente Convidada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.

*** Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.

Este trabalho insere-se no âmbito de um projecto de investigação mais alargado financiado pelo Programa PRAXIS XXI do Ministério da Ciência e da Tecnologia (PRAXIS(PSCH/C/PSI/84/96).

desorientado), de difícil classificação no sistema inicialmente proposto, veio a ser identificado mais tarde (Main, Kaplan & Cassidy, 1985; Main & Solomon, 1986; Main & Solomon, 1990), parecendo especialmente caracterizar crianças em situação de risco (Crittenden, 1985).

Vinculação nos jovens e nos adultos: primeiros estudos

Os trabalhos de Main e colaboradores (George, Kaplan & Main, 1984; Main, Kaplan & Cassidy, 1985) e os de Hazan e Shaver (1987; Shaver, Hazan & Bradshaw, 1988) marcam o início dos estudos da vinculação no adulto, descentrando o foco da análise de variáveis externas e observáveis para aspectos internos e representacionais da vinculação, a partir da tentativa de operacionalização do conceito de modelos internos dinâmicos do *self* e do outro, proposto inicialmente por Bowlby (1969/91). Estes modelos, desenvolvidos na história das interações com as figuras de vinculação ao longo da existência, constituem importantes grelhas de leitura e construção das realidades, sendo utilizados para prever a disponibilidade e a responsividade do outro ("Será que posso contar com a minha figura de vinculação para estar disponível e dar resposta às minhas necessidades de segurança?") e orientar o sujeito para as relações de proximidade ("Será que eu sou uma pessoa susceptível de desencadear nos outros respostas de disponibilidade e de responsividade? Será que sou susceptível de ser amado(a)?") (Hazan & Shaver, 1994).

Relativamente aos primeiros autores, as preocupações dominantes consistiam em aplicar os padrões de vinculação encontrados nas crianças ao estudo das diferenças nos modelos internos dos adultos e testar a existência de um padrão intergeracional da vinculação. Para tal foi elaborada uma metodologia de avaliação, a *Adult Attachment Interview* (AAI) (George, Kaplan & Main, 1984), uma entrevista clínica baseada na teoria de Bowlby, que procura avaliar memórias autobiográficas relacionadas com a vinculação, prestando atenção ao modo como o sujeito processa e integra a informação disponível. Os estudos demonstraram que, do

ponto de vista conceptual, existem semelhanças entre os padrões de vinculação dos adultos (*o autónomo-seguro*; *o preocupado* e *o desligado*) e os propostos por Ainsworth e colaboradores para a infância, tendo sido encontradas correlações significativas entre os padrões dos pais e os das crianças; Fonagy, Steele & Steele, 1991; Grossmann & Grossmann, 1991, Main, Kaplan & Cassidy, 1985). Vários autores sugeriram, então, que a organização da vinculação parental determinaria a sensibilidade para responder apropriadamente às necessidades dos filhos, podendo estar na base das diferenças encontradas na vinculação destes últimos.

Hazan e Shaver (1987; Shaver, Hazan & Bradshaw, 1988) impulsionam, igualmente, o estudo da vinculação no adulto, ao explorarem a possibilidade de o amor romântico ser perspectivado a partir da teoria da vinculação, procurando avaliar a relação entre padrões de vinculação e o modo como os indivíduos experienciam e se envolvem nas suas relações amorosas. Fortemente influenciados pelo pensamento dominante no domínio da vinculação na infância e pelas propostas metodológicas de Ainsworth e colaboradores, os autores construíam um instrumento assente numa avaliação categorial ou tipológica da vinculação, que solicita aos respondentes uma escolha forçada entre três parágrafos, que procuram descrever diferentes orientações relativamente às relações amorosas. Os resultados apontaram para a existência de padrões de vinculação semelhantes nos conteúdos e na distribuição aos encontrados nas crianças. Cada um dos padrões estava associado a diferentes formas de experienciar o relacionamento amoroso, lançando-se, ainda, a hipótese de que a natureza e a qualidade das relações amorosas seria fortemente influenciada pelos acontecimentos ocorridos durante a infância e, muito particularmente, pelos modelos internos construídos a partir das interações com outros significativos.

A integração das vinculações ao longo do desenvolvimento

A organização da vinculação em sujeitos adultos relativamente à infância não é, entendase, a tradução das experiências de vinculação ocorridas na infância. Resulta, antes, da

integração dessas experiências ao longo do tempo, pelo que é possível os sujeitos relatarem acontecimentos relacionais negativos na infância, e, no entanto, serem avaliados como seguros. Esta questão é tanto mais relevante, quanto nos remete para a importância das experiências de vinculação ao longo do ciclo de vida, dentro e fora do contexto familiar, que, juntamente com a emergência das capacidades cognitivas do jovem e do adulto, criam condições para a possibilidade de distanciamento e integração de experiências afectivas precoces.

O debate em torno da questão da estabilidade e da mudança da organização da vinculação ao longo do ciclo de vida, está, porém, longe de encontrar consenso na comunidade científica, não havendo, na opinião de alguns autores, evidência empírica que demonstre a consistência de resultados que aponte para a estabilidade, considerando não apenas períodos alargados de tempo, mas também diferentes relações (Griffin & Bartholomew, 1994a; Rothbard & Shaver, 1994).

Assim, se a natureza e a qualidade das relações emocionalmente significativas que ocorrem na infância parecem influenciar o modo como o indivíduo se relaciona com os outros e com o mundo na sua vida adulta, os contextos de vinculação no jovem e no adulto podem criar oportunidades muito importantes para reorganizações pessoais, desconfirmado e inviabilizando asserções acerca de si próprio e dos outros construídas em experiências anteriores. Todavia, no domínio do jovem e do adulto, os estudos que procuram tematizar esta questão são escassos, em parte pelas dificuldades metodológicas que acarretam os estudos longitudinais, em parte pela investigação se encontrar ainda numa fase inicial, mais dedicada a afirmar a normatividade da teoria da vinculação. Questões de terminologia e de definição de constructos estão ainda por resolver, opondo estados, disposições ou traços de personalidade (estilos ou padrões de vinculação) a constructos mais relacionais e influenciados pela especificidade das situações (relações de vinculação) (Kobak, 1994; Simpson, 1990). Assiste-se igualmente a uma proliferação de medidas de avaliação da vinculação no adolescente e no adulto, que, pela

ausência de estudos comparativos que afirmem a validade convergente e divergente entre si, dificulta a comparação legítima e não abusiva de resultados (Shaver & Clark, 1994).

O interesse científico na aplicabilidade da teoria da vinculação para a compreensão das relações interpessoais no adulto e do desenvolvimento da sua identidade tem vindo, assim, a manifestar-se de forma muito acentuada, multiplicando-se as investigações, que assentam numa perspectiva de ciclo de vida, e assumindo-se a vinculação como um processo contínuo que não termina após a infância, mas que se estende por toda a vida humana (Ainsworth, 1989; 1991; Bowlby, 1977, Weiss, 1991). Para além do contexto familiar, que ganha um novo significado para os seus elementos, outros cenários emergem, como as relações de amizade e as relações amorosas. Outros contextos podem ser referidos, como, por exemplo, o trabalho, a situação clínica de psicoterapia, situações de guerra ou de catástrofe, onde é possível existirem condições para que se desenvolvam relações de vinculação. Iremos, no entanto, privilegiar, de seguida, o contexto familiar e, muito particularmente, as mudanças desenvolvimentais que se operam no período da adolescência com repercussão ao nível da organização da vinculação, reportando-nos essencialmente à transformação das relações familiares. Abordaremos também as mudanças na organização da vinculação que potencialmente ocorrerão no decurso da participação do jovem em novos contextos, como é o caso da entrada para a universidade.

Vinculação e mudanças desenvolvimentais no jovem

A transformação das relações familiares a partir da adolescência

A partir da adolescência é esperado que os sujeitos se confrontem com uma série de tarefas psicológicas, que desafiam as suas capacidades para a descentração cognitiva e a tomada de perspectiva social, para a diferenciação e a integração psicológicas, com vista à aquisição de uma maior autonomia e simultaneamente à construção de relações de intimidade. Vários autores sugerem que, com

a idade, as funções da vinculação vão sendo progressivamente transferidas dos pais para os pares (Hazan & Shaver, 1994; Weiss, 1991). Isto é, se na infância as figuras de vinculação mais significativas tendem a ser os adultos, designadamente os pais, na idade adulta, são geralmente os pares, frequentemente um companheiro amoroso, que preenchem as necessidades de vinculação do sujeito.

Ao longo do desenvolvimento dos jovens, este processo pode ser acompanhado de solidão (Weiss, 1991), uma vez que o movimento em direcção à autonomia e à independência psicológica pode dificultar a procura de proximidade, de conforto e de apoio dos pais. Na perspectiva do jovem, as manifestações de proximidade física e emocional podem ser confundidas, tanto pelos próprios como pelos pais, com o retorno a estados anteriores de relacionamento não desejados. Simultaneamente, não existem, muitas vezes, ainda pares, que preencham na totalidade as necessidades de segurança do adolescente. A existência de uma nova vinculação, desta vez a um par, exige uma história de interações, que ainda não teve tempo de ocorrer. Deste modo, o adolescente encontra-se perante um desafio: deseja separar-se psicologicamente dos pais e afirmar a sua autonomia, mas não dispõe ainda de um outro sujeito psicológico que lhe forneça uma base segura para explorar o mundo com confiança.

Esta situação de transição entre a vinculação aos pais e a vinculação ao par é, em nosso entender, resolvida adaptativamente com a progressiva transformação da relação pais-filhos, processo que resulta da participação de ambas as partes, e que contribui para a redefinição dos papéis familiares. Os pais deverão aprender a aceitar o processo de crescimento físico e psicológico dos filhos e, portanto, lidar com a perda de que daí resulta, orientando simultaneamente os seus esforços para a criação de condições que possibilitem a construção responsável de uma identidade diferenciada e não confundida com os pares. Os filhos, por sua vez, deverão aprender a aceitar a transformação das imagens percebidas dos pais, lidando igualmente com a perda de que daí resulta e continuar a recorrer aos pais como fonte de segurança, afirmando, no entanto, as suas necessidades de diferenciação num con-

texto familiar que se pretende regido por regras de diversa ordem.

Vinculação e autonomia não aparecem, assim, como dois pólos opostos de um *continuum*, mas antes como dois processos dialecticamente complementares e interdependentes. O processo de crescimento psicológico em direcção à autonomia não implica desvinculação da família, mas, pelo contrário, é optimizado no contexto de proximidade emocional e de segurança transmitidas pela família (Grotevant & Cooper, 1986; Hill & Holmbeck, 1986; Soares & Campos, 1988; Youniss & Smollar, 1985; Weiss, 1982). Quanto mais seguro o jovem se sentir no seio da sua família, tanto mais se envolve com confiança na construção de uma identidade separada da mesma, sendo mais capaz de integrar as experiências emocionais ocorridas no seio da família e fora dela. Este movimento em direcção aos pares, que tem o seu apogeu na adolescência, não resulta, assim, na *substituição* dos pais, enquanto figuras de vinculação, por outras, mas, antes, na progressiva transformação de uma relação complementar numa relação de reciprocidade.

A participação do jovem em novos contextos de vida

É possível pensarmos em mudanças na organização da vinculação desencadeadas a partir de alterações na interacção com figuras significativas, como é o caso das que ocorrem na adolescência e que acabamos de referir, ou a partir da transformação de condições do meio em que o sujeito está inserido.

Um acontecimento importante na vida do jovem parece ser a transição para o mundo universitário, ou para o mundo do trabalho, após a escolaridade obrigatória ou a conclusão do ensino secundário. O sujeito encontra-se num meio desconhecido, que é, simultaneamente, fonte de curiosidade, estimulando o seu sistema de exploração, e de ansiedade, activando, assim, o sistema de vinculação (Kenny & Rice, 1995). Estes momentos especialmente desafiantes na vida dos jovens constituem oportunidades para testar as representações que os jovens têm acerca de si próprios e dos outros significativos (onde se incluem os seus pais) e, portanto, contribuir para a consolidação

de esquemas mentais em desenvolvimento ou para a sua transformação.

Podemos pensar que os jovens, cuja entrada no ensino superior implica a separação da sua família e da sua rede de relações interpessoais, poderão estar especialmente em situação de risco, uma vez que a natureza da separação é diferente daquela que experienciam os jovens que continuam em casa. A fonte de segurança, está, sem dúvida, mais distante e é, porventura, menos acessível, podendo ameaçar o sistema pessoal do indivíduo. Esta situação, pode, no entanto, trazer vantagens, se pensarmos nas oportunidades de autonomia comportamental que a nova situação proporciona.

O recurso aos modelos de vinculação parentais em adulto

Se bem que no jovem e no adulto as relações de vinculação com os pais se transformem (Hazan & Shaver, 1994; Greenberg, Siegel & Leicht, 1983), as situações de perda e os processos de luto que elas desencadeiam fazem-nos pensar que a vinculação aos pais ou outras figuras significativas da infância perdura no tempo (Ainsworth, 1989).

A importância da vinculação aos pais na idade adulta e o recurso a estes como fonte de segurança e de protecção parece, no entanto, ser sujeita a mudanças e sofrer oscilações consoante a emergência de períodos críticos. As etapas de desenvolvimento que pais e filhos atravessam e as tarefas desenvolvimentais com que se confrontam no momento parecem ser elementos importantes para a compreensão dos processos de separação/encontro ou reencontro entre uns e outros e para a saliência ou impacto da função protectora dos modelos construídos em torno da relação com estas figuras. Isto é, existem períodos do desenvolvimento do adulto que, pelas características das tarefas psicológicas que envolvem, tendem a fazer emergir situações de maior proximidade ou distância emocional. Pensamos, por exemplo, na separação na adolescência, na separação/reencontro no casamento dos filhos; no reencontro no nascimento dos filhos dos filhos, na inversão de papéis quando os pais envelhecem e precisam da presença dos filhos para

a sua segurança pessoal; no reencontro na morte de um dos pais. Parece-nos, assim, pertinente investigar de que modo e em que circunstâncias os modelos construídos em torno da relação com a(s) figura(s) "perdidas" continuam a exercer influência significativa no sentido de segurança pessoal do jovem e do adulto e no modo como estes interagem com os outros e se movem no mundo. E quando nos referimos à relação com a(s) figura(s) "perdidas", fica claro que estamos a considerar, não apenas perdas reais, mas também perdas e reencontros simbólicos, que pautam o movimento da história desenvolvimental dos sujeitos.

A qualidade e a natureza dos acontecimentos de vida com que se deparam os jovens e os adultos podem, igualmente, fazer compreender o recurso aos pais como figuras de vinculação. Referimo-nos, essencialmente, a determinados acontecimentos não-normativos, uma vez que a grande maioria dos acontecimentos normativos se podem igualmente constituir como etapas de desenvolvimento socialmente esperadas, e por isso, estariam incluídos no ponto anteriormente referido. Também estes acontecimentos não-normativos potencializam transições desenvolvimentais, uma vez que, na maior parte dos casos, exigem reorganizações pessoais e a adaptação a uma nova circunstância de vida. E pensamos que, nestas ocasiões de crise, o recurso aos modelos construídos na relação com as figuras parentais se fará de forma tanto mais intensa quanto o acontecimento de vida estiver ligado à perda real ou simbólica da figura de vinculação principal (como o pode ser uma situação de divórcio, de perda por morte do cônjuge, ou por doença grave do mesmo).

A resolução adaptativa das tarefas desenvolvimentais é, sem dúvida, outro elemento que poderá influenciar a vinculação do jovem e do adulto aos pais. Por vezes, assistimos a dificuldades acentuadas no processo de individuação dos pais e à existência de condições familiares que favorecem a dependência em detrimento daquilo que poderíamos chamar de vinculação autónoma. Os sujeitos, ainda que adultos, encontram-se demasiadamente ligados aos pais para a condução das suas vidas pes-

soais, para a tomada de decisão, para a resolução de conflitos, etc...

Mas se a vinculação aos pais, ainda que sofrendo transformações, parece manter-se ao longo do tempo, é certo que outras figuras significativas se podem ter constituído como importantes fontes de segurança pessoal ao longo do desenvolvimento do sujeito, contribuindo para uma configuração única da vinculação, que não se resume às ligações afectivas com cada um dos pais. É precisamente esta questão que abordaremos de seguida.

Ecologias pessoais das relações de vinculação

A investigação sobre a vinculação tem privilegiado a díade como objecto de análise e, muito particularmente, a relação da criança com a mãe. A complexidade do sistema emocional do indivíduo e a multiplicidade de figuras com que este, desde muito cedo, se relaciona, exigem, do nosso ponto de vista, que se considere o contexto de vinculação, para além da relação com uma determinada figura. Isto é, não só a relação diádica sofre as influências de diversas circunstâncias contextuais, como, muitas vezes, ela só poderá ser compreendida à luz de outras relações significativas, que tanto a figura de vinculação como o sujeito vinculado estabelecem, como é o caso, por exemplo, da qualidade da relação conjugal, das relações fraternais e da família enquanto unidade emocional.

Nesta perspectiva, sujeito e contexto de vinculação constituirão, assim, em nosso entender, uma configuração dinâmica, de tal modo, que não será possível apreendermos a totalidade, apenas pela análise de uma das partes – a relação apenas com uma figura –, por mais significativa que ela seja. Cada uma das partes, ou seja, cada relação de vinculação que o sujeito desenvolve, ainda que de importância diferencial para o seu sentido de segurança, é influenciada pelas demais e poderá ainda ser sujeita às oscilações críticas de sistemas relacionais de base. Transições familiares, como o divórcio e a perda de uma figura parental, por exemplo, podem interferir na organização da vinculação da criança e do jovem, uma vez que a investigação parece indicar que uma fonte importante da mudança da organização

da vinculação se deve a alterações significativas nos contextos de vida. (Bretherton, 1992; Vaughn, Egeland, Sroufe & Waters, 1979).

Mas, para além do microsistema familiar, contexto privilegiado de vinculação, não podemos esquecer que as condições actuais de organização da nossa sociedade impõem que, desde muito cedo, a criança contacte, de forma contínua e por um período de tempo diário bastante alargado, com outros sistemas relacionais e outras potenciais figuras de vinculação. É o caso dos infantários, dos avós que, na nossa sociedade, ainda desempenham uma função importante de apoio à educação das crianças (em alguns casos mesmo de substituição da função parental), das amas, que em meios com menos recursos, continuam a ser um auxílio para a guarda das crianças, etc... Que significado têm estas personagens para as crianças (os jovens) e de que modo, enquanto agentes activos e construtores de realidades, vivenciam e integram no seu sistema pessoal as diferentes experiências de vinculação? Será que a qualidade das relações entre os diferentes microsistemas ou mesossistemas (Bronfenbrenner, 1977, 1979) desempenha um papel importante no desenvolvimento de uma organização de vinculação segura? Será, por exemplo, que a qualidade da relação estabelecida entre pais e avós ou pais e educadores tem um impacto significativo na vinculação da criança? Sabemos que o facto de a criança entrar num novo contexto, como, por exemplo, o infantil, pode contribuir para a mudança de padrões de interacção dentro da própria família e, inclusivamente, promover a sua reorganização interna. Esta reorganização familiar decorrente de uma transição ecológica (desempenho de novos papéis num contexto novo) pode ter mais significado para o desenvolvimento da criança do que propriamente a sua experiência no contexto novo (Bronfenbrenner, 1986).

As mesmas interrogações se colocam relativamente aos jovens e aos adultos, que, não só se movem num mundo relacional bastante mais vasto e diversificado do que o das crianças, como também se confrontam, de forma mais notória, com a tarefa de integração de relações passadas. A questão não é apenas

a da diversidade e da multiplicidade de figuras ou a da sua organização hierárquica (Ainsworth, 1982); a questão é mais do modo como as diferentes experiências de vinculação contribuem para o sentido de segurança pessoal do indivíduo, de que forma se espelham no modo como este está em diferentes contextos, e de como aquelas se configuram num todo coerente e único, ainda que sujeito a transformações, ao longo do ciclo de vida. A ênfase dada às sínteses pessoais, que resultam das dinâmicas de vinculação em diferentes contextos emocionais, justifica-se pela necessidade de momentos de integração que caracteriza o movimento desenvolvimental. Isto não significa que o sujeito não disponha de diferentes modelos relativamente a diferentes figuras de vinculação, que poderão eventualmente ser activados no contexto da relação com estes (Collins & Read, 1994). No entanto, se pensarmos que subjacente à organização da representação da vinculação se encontram também modelos relativamente ao *self*, para além dos das figuras de vinculação (Bartholomew, 1990; Bartholomew & Horowitz, 1991; Griffin & Bartholomew, 1994b; Bowlby, 1973, 1980, 1983), é mais difícil considerarmos a existência de representações contraditórias e discrepantes acerca de si próprio, como se de um *self* fraccionado se tratasse.

Conclusão

Este artigo procurou introduzir ao contexto histórico de emergência dos estudos da vinculação no jovem e no adulto e abordar alguns dos desafios teóricos e empíricos que se colocam actualmente ao estudo da vinculação nestas etapas desenvolvimentais.

Apesar de a produção de estudos sobre a vinculação no jovem e no adulto ser já alargada, tendo em conta a recência do seu início, é certo que esta área de investigação se debate com a resolução de algumas tarefas importantes que geralmente caracterizam as etapas iniciais dos processos de desenvolvimento científico. Uma destas tarefas prende-se com a necessidade de clareza e rigor nas definições conceptuais, de modo a permitir a comparação entre estudos que utilizem a mesma asserção do conceito de vinculação e das di-

mensões que o caracterizam, pontos de intersecção entre diferentes perspectivas teóricas e a teoria da vinculação parecem vislumbrar-se, mas devem ficar confinados ao estatuto de hipótese enquanto estudos empíricos não fornecerem evidência continuada e consistente. As metodologias de avaliação da vinculação no jovem e no adulto têm-se multiplicado, exigindo uma avaliação cuidadosa dos processos de validação dos mesmos e uma atenção especial ao facto de se propõe avaliar o constructo da vinculação ou antes alguns dos seus correlativos.

A resolução de algumas destas tarefas parece ser importante para a consolidação de alguns pressupostos básicos, que permitam a orientação para áreas promissoras, como seja, por exemplo, o estudo dos processos de mudança. De facto, se as experiências afectivas ocorridas na infância se revelam de extrema importância para o desenvolvimento de sujeito e muito particularmente de um sentido interno de segurança pessoal, não podemos descurar os diferentes contextos de vinculação que o sujeito vai percorrendo ao longo do ciclo da vida e o impacto que estes poderão ter na transformação de modelos construídos acerca de si próprio e do mundo. Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios que se coloca, tanto do ponto de vista teórico como empírico e metodológico, ao estudo da vinculação no jovem e no adulto.

Bibliografia

- Ainsworth, M. & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46, 331-341.
- Ainsworth, M. (1967). *Infancy in Uganda: Infant care and the growth of love*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Ainsworth, M. (1982). Attachment: Retrospect and prospect. In C.M. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behavior*. New York: Basic Books.
- Ainsworth, M. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C.M. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle*. London, N.Y.: Routledge.

- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Bartholomew, K. & Horowitz, L. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 2, 226-244.
- Bartholomew, K. (1990). Avoidance of intimacy: An attachment perspective. *Journal of Social and Personal Relationships*, 7, 147-178.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss*, Vol.2: *Separation, anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1977). The making and breaking of affectional bonds. *British Journal of Psychiatry*, 130, 201-210, 421-431.-
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss*, Vol.3: *Loss, sadness and depression*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1991). *Attachment and loss*, Vol.1: *Attachment*. Londres: Hogarth Press. (1ª Edição 1969)
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28(5), 759-775.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Recent advances in research on the ecology of human development. In R.K. Silberstein, K. Eyferth & G. Rudinger (Eds.), *Development as action in context: Problem behavior and normal development*. Heidelberg and New York: Springer Verlag.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-530.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Collins, N.L. & Read, S.J. (1994). Cognitive representations of attachment: The structure and function of working models. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.), *Attachment processes in adulthood*, Vol.5. London: Jessica Kingsley Publ.
- Crittenden, P.M. (1985). Relationships at risk. In J. Belsby & T. Nezworski (Eds.), *Clinical implications of attachment*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum Publ.
- Fonagy, P., Steele, M & Steele, H. (1991). Intergenerational patterns of attachment: Maternal representations during pregnancy and subsequent infant-mother attachments. *Child Development*, 62, 891-905.
- George, C., Kaplan, N. & Main, M. (1984). *Attachment interview for adults*. University of California at Berkeley. Manuscrito não publicado.
- Greenberg, M. Siegel, J. & Leicht, C. (1983). The nature and importance of attachment relationships to parents and peers during adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 12, 5, 373-386.
- Griffin, D. & Bartholomew, K. (1994a). The metaphysics of measurement: The case of adult attachment. *Advances in Personal Relationships*, Vol.5, 17-52.
- Griffin, D. & Bartholomew, K. (1994b). Models of self and other: Fundamental dimensions underlying measures of adult attachment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 3, 430-445.
- Grossmann, K.E. & Grossmann, K. (1991). Attachment quality as an organizer of emotional and behavioral responses in a longitudinal perspective. In C.M. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle*. London, N.Y.: Routledge.
- Grotevant, H.D. & Cooper, C.R. (1986). Individuation in family relationships. A perspective on individual differences in the development of identity and role-taking skill in adolescence. *Human Development*, 29, 82-100.
- Hazan C. & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 3, 511-524.
- Hazan, C. & Shaver, P. (1994). Attachment as an organizational framework for research on close relationships. *Psychological Inquiry*, 5(1), 1-22.
- Hill, J.P. & Holmbeck, G.N. (1986). Attachment and autonomy during adolescence. *Annals of Child Development*, 3, 145-189.

- Kenny, M.E. & Rice, K.R. (1995). Attachment to parents and adjustment in late adolescent college students: Current status, applications, and future considerations. *The Counseling Psychologist*, 23, 3, 433-456.
- Kobak, R. (1994). Adult attachment. A personality or a relationship construct. *Psychological Inquiry*, 5, 1, 42-44.
- Main, M. & Solomon, J. (1986). Discovery of a new, insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T. Brazelton & M. Yogman (Eds.), *Affective development in infancy*. Norwood: Ablex.
- Main, M. & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In T. Greenberg, D. Cicchetti & E.M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years*, 121-160, Chicago: University of Chicago Press.
- Main, M., Kaplan, N. & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood and adulthood: A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50, Serial Nr 209.
- Rothbard, J. & Shaver, P. (1994). Continuity of attachment across the life span. In M. Sperling & W. Berman (Eds.), *Attachment in adults*. N.Y.: The Guilford Press.
- Shaver, P.R. & Clark, C.L. (1994). The psychodynamics of adult romantic attachment. In J.M. Masling & R.F. Bornstein (Eds.), *Empirical perspectives on object relations*. Washington DC: APA.
- Shaver, P.R., Hazan C. & Bradshaw, D. (1988). Love as attachment: The integration of three behavioral systems: In R.J. Sternberg & M. Barnes (Eds.), *The anatomy of love*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Simpson, J.A. (1990). Influence of attachment styles on romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (5), 971-980.
- Soares, I. & Campos, B.P. (1988). Vinculação e autonomia na relação do adolescente aos pais. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 57-64.
- Vaughn, B., Egeland, B., Sroufe, L.A. & Waters, E. (1979). Individual differences in infant-mother attachment at 12 and 18 months: Stability and change in families under stress. *Child Development*, 50, 971-975.
- Weiss, R.S. (1982). Attachment in adult life. In C.M. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behavior*. London: Tavistock Publ.
- Weiss, R.S. (1991). The attachment bond in childhood and adulthood. In C.M. Parkes, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle*. London, N.York: Routledge.
- West, M.L. & Sheldon-Keller, A.E. (1994). *Patterns of relating. An adult attachment perspective*. N.Y.: The Guilford Press.
- Youniss, J. & Smollar, J. (1985). *Adolescent relations with mothers, fathers and friends*. Chicago: University of Chicago Press.

Abstract

Matos, P.M. & Costa, M.E. Attachment and developmental processes in adolescents and adults. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 1996, 45-54. This article begins with addressing the emergence of adolescent and adult attachment research in the context of scientific community, emphasizing the importance of attachment construct in a life-cycle perspective. The developmental changes in the attachment organization that occur as a result of adolescence and the consequent transformation of parent-child relationships are analysed. In addition, those changes that are associated with the participation of the young adult in new contexts of life are also referred. The article then speculates on some of the major conditions, under which parental attachment models are used in adults. Finally, the importance of considering contextual variables, and different attachment experiences along diverse ecological settings in the development of an unitary dynamic attachment representational configuration is discussed.

Résumé

Matos, P.M. & Costa, M.E. Attachement et processus développementales dans les ado-

lescents et les adultes. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 1996, 45-54. Au début, l'article situe l'émergence de la recherche de l'attachement dans les adolescentes et les adultes au contexte de la production scientifique et souligne l'importance du construct de l'attachement dans une perspective du cycle vital. Les changements développementales dans l'organisation de l'attachement au decours de l'adolescence et des conséquentes transformations du relation parents-enfants sont adressées,

aussi bien que les changements qui proviennent de la participation du jeune en des contextes de vie nouveaux. Le recours aux modèles de l'attachement parental en des individus adultes et analysé. On termine avec des réflexions concernant la contribution des facteurs contextuelles et des différentes expériences de l'attachement pour le développement d'une configuration représentationnelle dynamique et unitaire de l'attachement.